

Lobão evita explicar origem de seu patrimônio

O governador Edison Lobão (PFL-MA) não explicou, em seu depoimento ontem à CPI do Orçamento, as suspeitas de enriquecimento ilícito. Ele não esclareceu a movimentação bancária de 600 mil dólares, em 1989, quando ainda era deputado federal. Segundo o senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA), da Subcomissão de Bancos, o valor é três vezes superior à média dos anos anteriores. Lobão também não justificou o montante de seu patrimônio, considerado pelos membros da CPI incoerente com seus rendimentos. O governador saiu do depoimento, que durou cerca de três horas, afirmando ser inocente e, apesar da falta de informações, disse que não deixou dúvidas à CPI, adiantando que na segunda-feira vai requerer os documentos levantados pela CPI para preparar sua defesa.

Lobão chegou cedo ao escritório de representação do Estado do Maranhão, em Brasília, onde foi ouvido, às 11h, por cinco integrantes da comissão, coordenada pelo vice-presidente da CPI, deputado Odacir Klein (PMDB-RS). No início do depoimento, Lobão disse que fazia questão de responder, embora tivesse parecer jurídico contrário a sua presença na CPI, mesmo como testemunha. Ele confirmou que esteve na residência do deputado João Alves, então relator da Comissão de Orçamento, conforme denúncia do economista José Carlos Alves dos Santos. Mas explicou que procurou Alves, para "lutar por

VANDERLEI POZZOMBOM



Lobão, convidado e não convocado, evitou discussão sobre seus bens

verbas para o seu estado", assim como também procurou os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Mansueto de Lavor (PMDB-PE), quando estes foram relatados da Comissão de Orçamento.

Ele reclamou que, nos três anos de governo, somente recebeu do Executivo 16 milhões de dólares, decorrendo "daí a necessidade de pedir liberação de mais

recursos", disse. O governador do Maranhão também afirmou conhecer uma fundação em Imperatriz (MA), que recebeu verbas do Executivo, mas não soube dizer o valor. Quando questionado sobre sua movimentação bancária e patrimonial, Lobão reagia, dizendo que foi "convidado" e não "convocado" pela CPI para prestar esclarecimentos apenas sobre

aplicações de verbas orçamentárias. Para ele, a CPI está "estrapolando ao investigar suas contas bancárias e de sua família". Ele reclamou que a CPI quebrou até mesmo o sigilo bancário do seu pai, que morreu há 30 anos.

O deputado Odacir Klein disse que "seria conveniente", que o governador apresentasse suas explicações sobre o aumento da movimentação bancária e patrimonial. "A CPI vai fazer um relatório final que poderá apontar tais irregularidades", avisou Klein. Segundo o senador Jutahy Magalhães, se o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) quiser, ele poderá fazer um "rastreamento" das contas bancárias de Lobão. O governador argumentou que foi surpreendido com os questionamentos bancários e patrimoniais e que não teria condições de dar explicações.

Lobão disse também que já justificou seu patrimônio na declaração do Imposto de Renda e que nunca foi contestado pela Receita Federal. Ele pôs em dúvida os cálculos levantados pela CPI, que segundo ele, já duplicou valores de outros envolvidos no inquérito. "A CPI está trucidando pessoas inocentes, como eu", disse Lobão, que se comprometeu requerer a documentação apurada pela CPI, para elaborar suas justificativas. Por ser governador, Lobão teve o direito de escolher data, hora e local do depoimento. Ele também teve atendido seu pedido para que o depoimento fosse secreto.